



Filiado(a), caso não queira receber o jornal dos Aposentados impresso, basta clicar no QR Code acima e seguir as orientações.

Jornal dos Aposentados e Pensionistas



Ano 24/Número 005

Brasília, março de 2024

Um ano promissor!



Após seis anos de perdas, ausência de diálogo e de retrocessos em direitos, iniciamos um período de perspectivas mais positivas. Neste novo contexto, é fundamental destacar a conclusão de mais uma etapa de institucionalização do Programa de Produtividade da Receita Federal do Brasil (RFB). Foram mais de sete anos de luta e mobilização até chegarmos à publicação no dia 7 de março deste ano, do Diário Oficial da União (DOU), do Decreto nº 11.938 que dispõe sobre o Comitê Gestor do Programa de Produtividade da Receita Federal do Brasil (RFB) e sobre a base de cálculo de que tratam o § 1º e 4º do art. 6º da Lei nº 13.464/2017.

A publicação do Decreto nº 11.938 é resultado da luta dos servidores e de seus sindicatos e cumpre o acordo estabelecido junto ao governo, assinado pelo Sindireceita no dia 14 de fevereiro de 2024, referente à retirada de travas ao Programa de Produtividade da RFB, alterando o Decreto nº 11.545/2023, que regulamenta a base de cálculo do Bônus de Eficiência e Produtividade, instituído pela Lei nº 13.464/2017.

É preciso compreender os avanços contidos nesta negociação e sua importância para a construção de uma estrutura remuneratória condizente com nosso cargo, suas atribuições e responsabilidades. Após intensas negociações, muita pressão política e trabalho sindical, avançamos e chegamos a uma construção que eleva o valor do Bônus de Eficiência pago aos aposentados e pensionistas e que, a depender de cada caso, pode representar até 20% do vencimento bruto e ultrapassar R\$ 2.500 até 2027.

Vale ressaltar que o acordo assinado por nosso Sindicato com o governo trata exclusivamente da regulamentação do Bônus de Eficiência variável, não comprometendo o trabalho em torno da pauta reivindicatória de 2024, aprovada pela categoria em Assembleia Geral Nacional Unificada (AGNU), estando incluída, dentre outras, a paridade do Bônus de Eficiência. Referidas pautas continuarão sendo reivindicadas perante a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), da mesma forma que continua em debate outras pautas, a exemplo do reajuste salarial de 2024 para todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas.

De forma específica nossa categoria aprovou na AGNU realizada em dezembro do ano passado um conjunto de reivindicações de interesse e em defesa dos aposentados e pensionistas e que tem como prioridade o restabelecimento da paridade; a regulamentação da atividade em

condições especiais e de risco, para fins de aposentadoria aos servidores da Carreira Tributária e Aduaneira; a revogação do Decreto 10.620/2021, que determinou a centralização e a manutenção de aposentadorias e pensões, no âmbito da administração pública federal direta, no DECIPEX; a aprovação da PEC 555/2006, acabando com a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados; e a criação de auxílio-medicação para servidores públicos da administração pública federal, ativos e aposentados, portadores de moléstias graves, crônicas ou degenerativas.

Por fim, volto a reforçar todo nosso empenho e nossa estrutura sindical em favor da paridade do Bônus de Eficiência. Uma luta de enorme dimensão e que estamos travando com todo nosso empenho. Neste processo, em que realizamos uma robusta defesa do direito de nossos aposentados, cada vitória deve ser compreendida dentro de um contexto amplo. Por isto, foi fundamental na defesa da paridade o julgamento no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que deu provimento, por unanimidade de votos, ao nosso recurso de apelação. Seguimos defendendo que o Bônus de Eficiência caracteriza-se como gratificação genérica e, por conseguinte, devida, em toda sua extensão, aos aposentados e pensionistas. Por ora, nosso processo está julgado favoravelmente em 2ª instância, perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e, mesmo ainda não tendo transitado em julgado, estamos avaliando a pertinência e oportunidade para iniciarmos execução provisória de obrigação de fazer a fim de tentarmos implantação do Bônus de Eficiência paritário enquanto o processo não for concluído com o trânsito em julgado. Após o trânsito em julgado, iniciaremos os respectivos cumprimentos de sentença para pagamento das parcelas vencidas (retroativo).

Temos uma jornada a ser cumprida e seguiremos lutando intensamente para assegurar, assim como em outras ações, nossos direitos. Seguiremos lutando e defendendo os interesses de todos os nossos filiados e colecionando vitórias

Boa leitura a todos e todas!

Thales Freitas
Presidente do Sindireceita

Consolidação do Bônus de Eficiência: um grande avanço para toda a categoria!

A publicação do Decreto nº 11.938, de 6 de março de 2024, representa um marco histórico e um avanço na luta dos Analistas-Tributários da Receita Federal pela consolidação de um modelo remuneratório que valorize e reconheça a importância dos servidores ativos, aposentados e seus pensionistas.

Uma luta que se iniciou ainda em 2016 e que mobilizou toda a categoria ao longo dos últimos oito anos. Um processo que teve como marco a assinatura, no dia 23 de março de 2016, do acordo de reestruturação remuneratória dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil. O acordo assinado pela Diretoria Executiva Nacional do Sindireceita foi analisado previamente pelos Analistas-Tributários que, em Assembleia Geral Nacional Unificada (AGNU), realizada nos dias 7 e 8 de março daquele ano, aprovaram, por ampla maioria, a pauta remuneratória encaminhada pelo Governo, que se consubstanciava na substituição da remuneração por parcela única chamada subsídio, por uma remuneração composta de uma parcela fixa chamada Vencimento Básico (acrescido de todos os adicionais pertinentes) e uma parcela variável denominada Bônus de Eficiência.

Passados oito anos da aprovação desse novo modelo remuneratório, a categoria referendou de forma soberana, em AGNU, a proposta encaminhada pelo atual Governo, a qual finalmente trouxe efetividade ao modelo remuneratório composto por uma parcela fixa e outra variável.

Trata-se da AGNU realizada em fevereiro do corrente ano, que contou com a participação de 3.268 Analistas-Tributários de todo o país, os quais aprovaram os três indicativos encaminhados pela Diretoria Executiva Nacional (DEN) e pela Presidência do Conselho Nacional de Representantes Estaduais (CNRE) do Sindireceita.

Dentre os indicativos aprovados, a categoria referendou o que tratou da proposta de regulamentação do Bônus de Eficiência variável. Foram 3.097 votos favoráveis, 147 votos contrários e 19 abstenções.

Desta forma, por 94,91% dos votos, os Analistas-Tributários ativos e aposentados disseram SIM à proposta apresentada pelo governo, autorizando a Diretoria Executiva Nacional a assinar o acordo proposto pelo governo, contemplando já no mês subsequente (março/24) o aumento de aproximadamente 50% no valor correspondente ao Bônus de Eficiência.

Vale ressaltar que nesta AGNU houve a participação de 677 aposentados. Destes, 572 votaram pela aprovação da proposta do Governo, 95 votaram contra e apenas 10 se abstiveram. Portanto, 84,5% dos aposentados que participaram da AGNU votaram a favor da citada proposta do Governo que tratou da regulamentação do Bônus de Eficiência variável.



Evolução

Na AGNU de março de 2016, que apreciou a transformação do modelo remuneratório de subsídio para vencimento básico e Bônus de Eficiência, 64,96% dos participantes votaram a favor da mudança; 30,23% se posicionaram contrários e 4,81% se abstiveram.

Já na AGNU realizada em fevereiro deste ano, 94,91% dos participantes aprovaram a proposta de regulamentação do Bônus de Eficiência. Entre os aposentados que participaram da votação, a aprovação foi de 84,5%.

O presidente do Sindireceita, Thales Freitas destaca que finalmente as expectativas criadas pela categoria, ativos e aposentados, em 2016 quando aprovou o novo formato remuneratório contendo uma parcela variável que pudesse manter o poder aquisitivo das remunerações, foram contempladas.

Ao longo de todo o processo de mobilização e de negociação com o governo, o presidente do Sindireceita ressalta que houve uma evolução na compreensão por parte da categoria, inclusive entre os aposentados, das vantagens da modalidade de remuneração por meio do vencimento básico e do bônus, mesmo no período em que, por exemplo, houve o congelamento do valor do Bônus. “Esse processo reflete uma aceitação grande e a compreensão de estarmos diante de um modelo remuneratório, que por conta da variação do Bônus, pode gerar ganhos reais e reduzir perdas inflacionárias. Vivenciamos esta situação durante o período do subsídio, em que os reajustes eram lineares e acabavam sempre concedidos abaixo dos índices de inflação. Ainda dependíamos da aprovação no Congresso Nacional, o que sempre trouxe dificuldades para as negociações”, alertou.

Thales Freitas também reforça que, mesmo diante dessa importante conquista, a busca pela paridade do Bônus de Eficiência entre ativos e aposentados continua! A ação proposta pelo Sindireceita segue tramitando, já tendo obtido decisão favorável em 2ª instância, perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região. “Seguiremos trabalhando e lutando pela paridade e defendendo que o Bônus de Eficiência caracteriza-se como gratificação e, portanto, é devido em toda sua extensão, aos aposentados e pensionistas. Seguiremos utilizando toda nossa força e estrutura para fazer valer o direito à paridade dessa importante rubrica remuneratória”, reforçou.

A publicação do Decreto nº 11.938 alterou o Decreto nº 11.545/2023, que dispõe sobre regulamentação do Programa de Produtividade (CGPP) da Receita Federal do Brasil (RFB), instituído pela Lei nº 13.464/2017. Sua publicação, com a retirada de “travas” presentes no Decreto nº 11.545 e nos termos aprovados pela categoria em Assembleia Geral Nacional Unificada (AGNU) ocorrida dos dias 5 a 8 de fevereiro, estabeleceu importantes mudanças de paradigma no âmbito da Carreira Tributária e Aduaneira da RFB.

A primeira grande transformação diz respeito à consolidação do Bônus de Eficiência como um instrumento não atrelado aos reajustes gerais do serviço público federal. Desta forma, as tratativas perante a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) relativas à Pauta Reivindicatória de 2024, também aprovada pela categoria em AGNU (esta, ocorrida em dezembro de 2023), não foram comprometidas e prosseguirão sem quaisquer óbices.

Na MNNP, a Diretoria Executiva Nacional (DEN) do Sindireceita seguirá batalhando, em conjunto com as demais entidades de representação dos servidores, pela implementação do reajuste linear, contemplando, da mesma forma, ativos, aposentados e pensionistas.

Sindireceita trabalha pelos direitos dos aposentados na negociação salarial com o governo

O Sindireceita vem participando da negociação salarial com o governo federal durante as reuniões da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), reinstalada em fevereiro de 2023 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Confira os últimos destaques do que está sendo discutido.

Os servidores públicos querem que o governo cumpra as reivindicações de recomposição salarial das perdas inflacionárias acumuladas ao longo dos últimos anos; a equiparação de benefícios, tais como auxílios-alimentação e creche, entre os servidores dos três poderes públicos; a reestruturação de carreira e a revogação de medidas que atacam os servidores e os serviços públicos.

A última proposta do governo foi apresentada em reunião da MNNP ocorrida no dia 18 de dezembro de 2023. Além do reajuste zero para este ano, a proposta do Executivo prevê aumento do auxílio-alimentação de R\$ 658,00 para R\$ 1.000,00; do per capita saúde do valor médio de R\$ 144,00 para 215,00; e do auxílio creche de R\$ 321,00 para R\$ 484,90, excluindo os aposentados.

A contraproposta

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos (Fonasefe), Centrais Sindicais e o Fórum Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) protocolaram, no dia 31 de janeiro, a contraproposta unificada dos servidores públicos federais, elaborada com base em estudos e análises das discussões na Mesa Nacional de Negociação Permanente, bem como em debates realizados em assembleias conduzidas pelas entidades sindicais e formalizada durante a Plenária Nacional dos Servidores Públicos.

A contraproposta busca a equiparação dos benefícios com servidores do Legislativo e Judiciário e reivindica uma recomposição salarial justa. O cálculo considerou perdas salariais do governo Temer até o final do governo atual. Por conta disso a proposta foi dividida em dois blocos (Bloco I e Bloco II). Observe abaixo:

Bloco I

Entre 2024 e 2026, os servidores do Bloco I teriam um reajuste de 34,2%, dividido em 3 parcelas de 10,34%.

Bloco II

Entre 2024 e 2026, os servidores do Bloco II teriam um reajuste de 22,71%, dividido em 3 parcelas de 7,06%.

(O cálculo considera as estimativas de inflação de 3,87% em 2024 e 3,5% em 2025.)

Os Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil estão incluídos no Bloco II da contraproposta.

A Marcha dos Aposentados

Na manhã do dia 24 de fevereiro, representantes do Sindireceita participaram da 1ª Marcha dos Aposentados no Palácio do Planalto. A mobilização marcou o Dia Nacional do Aposentado com protesto contra a proposta apresentada pelo governo federal às representações dos servidores durante a MNNP ocorrida em dezembro.

Estiveram presentes: o presidente da Diretoria Executiva Nacional (DEN), Thales Freitas; a diretora de Aposentados e Pensionistas, Marlene Cambraia; a secretária geral, Iêda Miranda; o diretor de Assuntos Parlamentares, Sérgio de Castro; o diretor adjunto de Finanças e Administração, Ronald Campbell; o delegado sindical em Palmas/TO, Arnaldo Severo; e colegas da Delegacia Sindical (DS) em Brasília/DF.



“Para 2024, o governo ofereceu 0% de reajuste ao serviço público e foi proposto apenas o reajuste de benefícios dos quais os aposentados não fazem jus, na maioria das vezes. É exatamente em virtude disso que o Sindireceita, em conjunto com as demais entidades, está aqui, na Praça dos Três Poderes, debaixo de chuva protestando contra esse descaso do governo para com os aposentados”, declarou o presidente Thales Freitas durante a ocasião.

7ª Reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP)

A sétima reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), realizada na tarde do dia 28 de fevereiro, foi encerrada sem a apresentação de um índice de reajuste ou de uma resposta por parte do governo federal à contraproposta encaminhada no dia 31 de janeiro deste ano pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos (Fonasefe), Centrais Sindicais e o Fórum Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).



**CANAL DOS APOSENTADOS
E PENSIONISTAS**

Diretoria Executiva Nacional:
Fone: (61) 3962-2300 Fax: (61) 3962-2301

NOSSAS REDES SOCIAIS

Diretoria de Aposentados e Pensionistas:
aposentados@sindireceita.org.br

facebook.com/sindireceita instagram.com/sindireceita twitter.com/sindireceitaDEN youtube.com/COMSindireceita

A postura do governo foi duramente criticada pelo presidente do Sindireceita e pelos representantes das entidades sindicais, das centrais e dos fóruns dos servidores.

O secretário de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e Inovação (SRT/MGI), José Lopez Feijóo, afirmou que há uma possibilidade, apenas se houver aumento na arrecadação federal, de reajuste nas remunerações dos servidores públicos federais, mas não informou qual seria o índice e se incluirá aposentados e pensionistas. O secretário adiantou ainda que deve dar uma resposta a respeito do reajuste em três meses.

No caso da Receita Federal do Brasil, não houve acordo de mesa específica dessa gestão, apenas a conclusão de um acordo firmado em 2016. “Isso é importante para que os Analistas-Tributários mantenham a pauta reivindicatória, inclusive com relação a paridade do Bônus de Eficiência entre ativos e aposentados”, relatou o presidente Thales Freitas.

No dia 1º de março, por meio do ofício nº 25/2024 da Presidência da Diretoria Executiva Nacional (DEN), Freitas reforçou a solicitação da instalação da mesa específica de negociação de que trata o artigo 9º do Regimento Interno da Mesa Nacional de Negociação Permanente, a fim de tratar da Pauta Reivindicatória dos Analistas-Tributários da Receita Federal aprovada em Assembleia Geral Nacional Unificada (AGNU), ocorrida em agosto de 2023.

Relembre pontos da Pauta Reivindicatória

A Pauta Reivindicatória da categoria foi alterada durante AGNU ocorrida entre 24 e 30 de agosto de 2023. Houve a inclusão de pontos acerca do tema “Aposentadoria e Seguridade”. Confira a seguir os itens aprovados:

- a Revogação do Decreto 10.620/2021, que determinou a centralização e a manutenção de aposentadorias e pensões, no âmbito da administração pública federal direta, no DECIPEX (Diretoria de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos);
- a Aprovação da PEC 555/2006, que revoga o art. 4º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, acabando com a cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores públicos aposentados;
- e a Criação de auxílio-medicamento para servidores públicos da administração pública federal, ativos e aposentados, portadores de moléstias graves, crônicas ou degenerativas.

VOTE NA AGNU DE FORMA SIMPLES E RÁPIDA!

Escaneie o QR Code e veja o passo a passo para acessar o

SISTEMA DE VOTAÇÃO DA AGNU

O Sindicato já havia solicitado a instalação da mesa de negociação específica em setembro do ano passado e reforçou o pedido em março de 2024.

Seguiremos, em conjunto com os fóruns e demais sindicatos pressionando para que possam ser alocados recursos para o atendimento destas demandas, independentemente do percentual do reajuste salarial. Temos o claro entendimento do que estamos enfrentando. Por isto, temos feito um enorme esforço para manter a base mobilizada e devidamente informada de todos estes enfrentamentos e de nossas possibilidades. Sigamos firmes em nossa luta, da qual não nos aposentamos!

Diretoria

Thales Freitas Alves
PRESIDENTE

Antônio Geraldo de Oliveira Seixas
VICE-PRESIDENTE

Ieda Maria de Miranda
SECRETÁRIA-GERAL

Ricardo José Castro Ramos Júnior
DIRETOR DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

Ronald Machado Campbell
DIRETOR-ADJUNTO DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

Sérgio Ricardo Moreira de Castro
DIRETOR DE ASSUNTOS PARLAMENTARES

Alexandre Medeiros Xavier
DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Luis Mauro Ribeiro do Valle Damiani
DIRETOR-ADJUNTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Alexandre Magno Cruz Pereira
DIRETOR DE DEFESA PROFISSIONAL

Fabiano Gonçalves Rebelo
DIRETOR DE ESTUDOS TÉCNICOS

Mariluce Vilela Fontoura
DIRETORA DE ASSUNTOS ADUANEIROS

Moisés Boaventura Hoyos
DIRETOR DE COMUNICAÇÃO

Pericles Gomes Luz
DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Marlene de Fátima Cambraia Viana
DIRETORA DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Marcelo de Arruda Campos
DIRETOR DE ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS

Odair Ambrosio
DIRETOR DE FORMAÇÃO SINDICAL E RELAÇÕES INTERSINDICAIS

Afranio de Azevedo Andrade
PRIMEIRO-SUPLENTE

Valdemir Bueno
SEGUNDO-SUPLENTE

Neli Gehling
TERCEIRA-SUPLENTE

Breno de Souza Rocha
QUARTO-SUPLENTE

Expediente

Jornal dos Aposentados e Pensionistas

Diretor de Comunicação
Moisés Hoyos

Coordenador de Comunicação
Rafael Godoi

Reportagem
Victoria Almeida e
Ygor Wolf

Projeto gráfico, capa e diagramação
Gildélia Santos

Fotos
Comunicação Sindireceita e
Banco de Imagens



SINDIRECEITA
Analistas-Tributários

SHCGN 702/703 | Bloco E | Loja 37 Asa Norte | CEP: 70.720-650 Brasília-DF

Telefone (61) 3962-2300

www.sindireceita.org.br